

## **EDUCAÇÃO JURÍDICA E CULTURA DE PAZ: AÇÕES EXTENSIONISTAS NO ENFRENTAMENTO AO BULLYING NAS ESCOLAS PÚBLICAS**

**ODS 4, 16**

**Daniel Estefano Santos (Universidade de Taubaté)**  
**Ernani Assagra Marques Luiz (Universidade de Taubaté)**  
**Roxane Lopes de Mello Dias (Universidade de Taubaté)**

A promulgação da Lei nº 14.811/2024, em vigor desde janeiro de 2024, representou um marco importante no combate à violência infantojuvenil no Brasil, ao incluir no Código Penal a tipificação do bullying e do cyberbullying como crimes, além de agravar penas para condutas correlatas, como sequestro e indução à automutilação por meios digitais, qualificando-as como crimes hediondos. Essa legislação reflete a crescente preocupação com a violência em ambientes escolares e a necessidade de ações concretas para enfrentá-la, impondo às instituições de ensino a obrigação de revisar seus regimentos internos e adotar medidas preventivas com apoio de profissionais especializados, como psicólogos e assistentes sociais, promovendo, assim, ambientes educacionais mais seguros e a cultura de paz. Inserido nesse contexto, no âmbito da Curricularização da Extensão, o curso de Direito da Universidade de Taubaté (UNITAU) desenvolveu o projeto de extensão “Direito e Cidadania – Descomplicando o Direito”, com o objetivo de promover o conhecimento jurídico acessível à comunidade escolar, com ênfase na educação em Direitos Humanos e na formação cidadã. O projeto visa ainda incentivar o protagonismo juvenil e a reflexão crítica sobre temas sociais relevantes, por meio de atividades interativas e colaborativas com estudantes da educação básica, especialmente em escolas públicas vinculadas à Diretoria de Ensino Regional de Taubaté. A metodologia adotada baseia-se no diálogo e na construção coletiva do conhecimento, utilizando rodas de conversa como espaço privilegiado de escuta ativa, troca de experiências e debate sobre temáticas como bullying, violência escolar, cidadania, direitos fundamentais e o papel das instituições públicas. Os temas abordados são definidos em conjunto entre os estudantes extensionistas e os gestores das escolas parceiras, garantindo a pertinência dos conteúdos e o engajamento dos participantes. Como principais resultados, destacam-se a produção de materiais educativos acessíveis e a realização de atividades formativas que contribuíram para o esclarecimento de dúvidas jurídicas, o fortalecimento da consciência cidadã e o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos. A presença de especialistas convidados em alguns encontros ampliou as discussões e aprofundou as reflexões sobre os desafios enfrentados pelos jovens no cotidiano escolar. O projeto também proporcionou aos estudantes universitários a oportunidade de aplicar o conhecimento acadêmico em situações reais, promovendo sua formação prática e sensível às demandas sociais. Como considerações finais, observa-se que a iniciativa fortaleceu o vínculo entre a universidade e a comunidade, contribuindo para a promoção dos direitos humanos, a prevenção da violência e o



estímulo à participação ativa dos jovens na construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

Palavras chaves: Direitos Humanos; Bullying; Educação Jurídica; Extensão Universitária; Cidadania.